



Manuel Carvalho da Silva
Secretário-Geral da CGTP-IN

Em nome da CGTP-IN saúdo os trabalhadores e as trabalhadoras portuguesas e os trabalhadores de todo o mundo e, com um abraço muito forte saúdo todas as muitas centenas de milhares de trabalhadores(as) que em grandes e pequenas lutas desenvolvidas no último ano defenderam emprego, direitos no trabalho e direitos sociais, defenderam os interesses do país.

Neste 1.º de Maio de **protesto** e expressão de **indignação** face às injustiças que nos têm sido impostas, mas também de **esperança** e de **confiança no futuro**, queremos afirmar a solidariedade activa dos trabalhadores, o valor da luta colectiva e deixar duas mensagens especiais:

A *primeira* vai para expressar ao mais de meio milhão de **desempregados(as)** portuguesas, a nossa mais profunda solidariedade e o nosso compromisso de fazermos tudo o que estiver ao alcance da CGTP-IN, para defender os vossos direitos e a vossa dignidade, lutando também pela criação de emprego para todos vós!

Deixamos-vos ainda um apelo: não vos deixeis isolar e amesquinhar no vosso sofrimento, procurai agir por todas as formas possíveis, para que os vossos direitos sejam melhorados e efectivados; exigis a criação de emprego.

Ao contrário do que alguns propagandeam, é **possível criar-se emprego** e emprego com direitos! Basta para isso que: (i) se valorize a produção material de bens e serviços ao serviço do desenvolvimento da sociedade, canalizando para aí o investimento; (ii) que se faça um uso mais justo da riqueza existente; (iii) que o conceito de empresa deixe de ser sinónimo de coutada do patrão ao serviço do seu enriquecimento fácil, e passe a incorporar responsabilidade social; (iv) que se valorize o emprego público, bem como as funções do Estado e da Administração Pública ao serviço do progresso social e do desenvolvimento do País; (v) que se combata efectivamente a precariedade do trabalho e a pobreza; (vi) que se valorize o trabalho, retribuindo-o com mais justiça e fazendo elevar o nível de vida da maioria dos trabalhadores e dos reformados.

No actual contexto, exige-se a mobilização de todos para essa luta primordial que é o combate ao desemprego e a exigência de criação de emprego.

A *segunda* mensagem especial é para os **jovens**, porque é inadmissível que o Governo e o patronato vos ofereçam apenas desemprego ou emprego absolutamente precário a troco de baixíssimas remunerações e, de forma violenta, vos digam que os direitos sociais dos vossos pais e avós já não existirão para vós, isto numa sociedade capaz de produzir mais riqueza do que nunca.

Sejamos claros: não haverá saídas definitivas para os bloqueios em que nos encontramos, saídas para a crise que vivemos, sem políticas novas para a juventude. Por isso, saudando a vossa participação neste 1.º de Maio e em muitas lutas que se vêm desenvolvendo, apelamos a que luteis, de forma solidária e engrossando a luta colectiva, pelos vossos direitos e pela mudança desta situação. Fazei dos sindicatos espaços e instrumentos da vossa intervenção e da vossa luta pelo futuro.

Camaradas e Amigos,

Comemora-se este ano o **35º Aniversário** do 25 de Abril. É tempo de relembrar que o corajoso acto militar revolucionário dos militares de Abril, se consagrou na sociedade portuguesa e assumiu sustentação de efectiva Revolução, em particular, porque o povo veio para as ruas no dia **1º de Maio** definindo rumo e tomando em mãos as tarefas das necessárias transformações sociais, económicas, culturais e políticas, traduzidas nos anos seguintes em excepcionais avanços nos direitos dos trabalhadores, na saúde, no ensino, nas infra-estruturas de serviços básicos.

Para essas manifestações do 1º de Maio de 74, a Intersindical, com os seus sindicatos, deram um contributo inestimável, sustentado no trabalho que haviam desenvolvido ainda em período do fascismo, ao convocar as manifestações, como aconteceu em Lisboa, ao mobilizarem massivamente os trabalhadores para uma participação gigantesca, e ao apresentarem um conjunto de reivindicações que se revelaram essenciais para a melhoria das condições de vida e de trabalho do povo português.

Agora, em 2009, o nosso país, a Europa e o Mundo vivem a expressão cada vez mais dura dos bloqueios (a crise) que se cavaram ao longo das últimas décadas, em resultado do descalabro do neoliberalismo e de insanáveis contradições do sistema capitalista. Os trabalhadores que foram sacrificados pelas políticas que conduziram a este desastre, estão agora a ser sacrificados pelos violentos impactos dessa mesma crise.

Entretanto, os detentores do poder económico e financeiro, com o apoio e empenho do poder político ao seu serviço, procuram reorganizar-se e encontrar argumentos para que não sejam afectados os seus privilégios, nem a dimensão da exploração e do saque que querem prosseguir e, por isso, vão já congeminando e projectando mais sacrifícios para os trabalhadores e para as camadas mais frágeis da sociedade.

Defrontamo-nos com enormes problemas e estamos num ano preenchido por um **ano eleitoral importante** e quase completo. É decisivo os trabalhadores e o comum dos portugueses e das portuguesas estarem alerta e encararem as eleições com grande atenção e mobilização.

Já há por aí quem ande a propagandear o perigo de ingovernabilidade, se nenhum partido do chamado *centrão* tiver maioria absoluta, e a receitarem a necessidade de o PS e o PSD se coligarem para haver um governo forte.

Olhando e analisando as políticas seguidas pelos seus governos, em particular os últimos, conhecendo-se as suas responsabilidades, quer no quadro de dificuldades que o país enfrenta, quer na intensificação da exploração dos trabalhadores, quer ainda no empobrecimento relativo de Portugal face à evolução geral dos países da União Europeia, o significado daquele hipotético

governo forte deveria tornar-se nova experiência muito pesada para a esmagadora maioria dos portugueses.

Não soam a sinceras as novíssimas juras que alguns fazem, de negação do neoliberalismo por eles praticado nas políticas internas e nas posições no quadro da União Europeia.

Há que agir para que a mudança seja efectiva. **Não haverá saída da crise com prosseguimento e aprofundamento das políticas e das práticas que lhe deram origem.**

Não pode prosseguir a globalização financeira que passou a impor escolhas económicas, determinadas por exigências de rentabilidade sem suporte na economia real, nem podem prevalecer as aplicações financeiras baseadas em lógicas de curto prazo, em detrimento do desenvolvimento das actividades produtivas, de investimentos de longo prazo, da criação e valorização do emprego, da eficiência económica e da melhoria do nível de vida das pessoas.

As reestruturações das empresas não podem continuar centradas no objectivo de aumentar a sua rentabilidade imediata e assegurar mais ganhos para o futuro, nos mesmos moldes que vinham fazendo.

É preciso travar os processos de desindustrialização acelerada, as privatizações a todo o custo e a transformação dos direitos sociais em produtos de mercado.

Tem de haver mais justiça na repartição dos rendimentos. A desvalorização dos salários é um dos fundamentais factores do endividamento excessivo das famílias. A imposição do declínio do valor dos salários reais da maioria dos trabalhadores foi acompanhada pela implementação do recurso ao crédito, deixando os trabalhadores e as suas famílias em situação de violentas dependências (é hoje muito significativa a percentagem de trabalhadores com salários penhorados), que os limitam na luta pelos seus direitos e na sua participação cívica e política.

O prosseguimento destas políticas e destas práticas conduziria a sociedade portuguesa para uma situação insustentável com rupturas de coesão territorial, social e intergeracional, com o empobrecimento galopante, e o tolhimento prolongado do desenvolvimento do país.

Por isso, neste 1º de Maio de 2009, os trabalhadores, assumindo a herança histórica da luta universal e solidária dos trabalhadores de todo o mundo ao longo dos últimos dois séculos, vêm de novo à rua, dizer não à exploração e exigir mudança de rumo.

É preciso **um novo modelo de desenvolvimento à escala do mundo e à escala dos países.** Um modelo de desenvolvimento que permita a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da população, que seja socialmente justo e ambientalmente sustentável que crie perspectivas à juventude.

O país está sob o impacto de uma tripla crise a que é preciso e possível dar resposta

O Primeiro-Ministro José Sócrates insiste, de forma teimosa e perigosa, na tese de que Portugal está a deparar-se com imensos problemas apenas porque há uma crise internacional. A insistência nesta tese para sacudir responsabilidades e tentar ganhar votos, desresponsabiliza também fortemente os capitalistas e especuladores que andaram a enriquecer à nossa custa, alimenta os objectivos dos que querem prosseguir o saque, e inviabiliza respostas adequadas e atempadas aos problemas com que nos deparamos.

Não escamoteamos os impactos da situação internacional, mas muitos dos fundamentais problemas com que nos deparamos resultam da crise económica interna, centrada nas fragilidades estruturais da nossa economia e na natureza de políticas que debilitaram o tecido produtivo e fragilizaram o papel do Estado e, por outro lado, da crise de mal-estar crescente que é fruto de políticas injustas e erróneas, das promiscuidades entre poderes, da corrupção e da subordinação do poder político às imposições do poder económico e financeiro.

Às políticas assumidas até agora pelo Governo falta uma visão estratégia que aposte no sector produtivo e não ceda aos grupos de pressão empresariais. Falta uma acção coordenada e consistente que substitua as acções desgarradas ao sabor de calendários eleitorais. Faltam políticas novas e mais favoráveis ao sector produtivo nas áreas financeiras, energética e das comunicações. Falta uma política de resposta às crescentes desigualdades no país. Falta uma política de responsabilização e definição de compromissos do patronato para a utilização de dinheiros públicos. Os contribuintes têm o direito de conhecer todos os apoios concedidos, desde logo, ao sector financeiro, de onde vêm o dinheiro, a quem se destina, quais as contrapartidas do patronato e quais os resultados produzidos.

Não podem ser despejados milhões e milhões sobre os problemas, através de chorudas quantias depositadas nas mãos dos grandes patrões e capitalistas, muitos dos quais são os responsáveis por esses mesmos problemas, que vão continuando a despedir ou a chantagear os trabalhadores.

Falta um efectivo controlo sobre a execução dos orçamentos do Estado e da Segurança Social.

É preciso responder a situações de emergência, de que a pobreza, os salários em atraso e o desemprego são os mais manifestos, ao mesmo tempo que se impõem compromissos para políticas novas, centradas na resposta às necessidades e justos anseios dos trabalhadores e da população.

É preciso combate efectivo ao enriquecimento ilícito e à sua criminalização. É preciso transparência nos compromissos, rigor, ética e verdade na acção política. **Só com verdade a acção política terá êxito.**

É preciso mobilizar, fazer participar e responsabilizar os cidadãos, através das suas organizações sociais, económicas, culturais e políticas na construção de um futuro diferente e melhor para o País. Faz falta uma séria política de diálogo social e político.

Mais emprego, mais salários, efectividade dos direitos e dignidade para os trabalhadores, é o conteúdo fundamental do lema deste 1º de Maio. São reivindicações tomadas como objectivos indispensáveis para a mudança, para o país sair da situação de crise em que se encontra, para se construir um **futuro de progresso** e com mais justiça social.

Apostamos numa conjugação de esforços para a mobilização de todas e todos os portugueses, e também dos organismos públicos, com vista à defesa dos postos de trabalho, contrariando as inevitabilidades da crise, os argumentos quantas vezes manipulados de patrões sem escrúpulos, bem como, para a exigência de responsabilidade social aos empresários e aos responsáveis de serviços públicos.

A CGTP-IN apresentou ao Governo, aos partidos políticos e a outras instituições, um conjunto de **medidas para resposta à crise**.

Aí defendemos:

- prioridade ao **investimento** centrado na defesa e criação de emprego ao serviço de actividades produtivas e sociais necessárias ao desenvolvimento da sociedade, o que implica também valorização do emprego público;
- valorização do emprego público no quadro de reforço do papel do Estado e da Administração Pública na prestação dos direitos sociais;
- reforço da fiscalização das ofertas de **emprego** registadas nos Centros de Emprego, tendo em vista salvaguardar os direitos dos trabalhadores e para que não seja apoiado financeiramente o falso emprego;
- estruturação de **Operações Integradas de Desenvolvimento (OID's)**, nas regiões mais críticas, com a participação do poder local, das organizações sindicais e de outros parceiros económicos e sociais;
- a melhoria dos **salários**, factor indispensável à salvaguarda do nível de vida dos cidadãos e ao crescimento da economia, afirmando que essa melhoria é possível apenas com uma melhor distribuição da riqueza e que, em muitas empresas, basta usar o actual volume de massa salarial, desde que se distribua de forma mais equitativa;
- o aumento do **Salário Mínimo Nacional**, de modo a que alcance 500 euros em 2011 e **600 euros em 2013**;

Constatando que o país precisa da efectividade dos **direitos laborais** para proteger os trabalhadores das arbitrariedades e ilegalidades patronais e para assegurar uma outra correlação de forças nos locais de trabalho, reclamámos nas nossas propostas:

- a revisão das normas gravosas do **Código de Trabalho e da Legislação laboral da Administração Pública**;
- a promoção, por parte do Estado, da **contratação colectiva**, e a sua efectivação na Administração Pública, pondo fim à caducidade das convenções colectivas, desenvolvendo uma intervenção eficaz no desbloqueamento dos processos negociais;
- a organização e o funcionamento efectivo dos serviços de conciliação, mediação e arbitragem e o **funcionamento efectivo e célere dos serviços da Administração**, da fiscalização e da justiça do trabalho;
- medidas concretas de **combate à precariedade** e promoção da estabilidade no emprego;
- o preenchimento de todos os **550 lugares** do velho quadro de **inspectores de trabalho e admissão de 60 outros técnicos especialista na área SHST**.

Os portugueses precisam e podem ter **políticas sociais** mais justas e eficazes na protecção aos desempregados, e para garantir pensões de reforma dignas e um sério combate à pobreza.

É urgente o alargamento do acesso ao **subsídio de desemprego**, para o que propomos: a redução do período de garantia de 450 dias para 365 dias, e a redução para 90 dias do período de garantia do subsídio social de desemprego; o prolongamento do subsídio social de

desemprego, que deve abarcar pelo menos todo o período de recessão económica, e não restringir-se aos 18 meses, que está a limitar o acesso aos desempregados de longa duração.

É ainda necessário: rever os **critérios de actualização das pensões**; criar um regime de crédito bonificado à habitação para apoiar as famílias com menores rendimentos, e garantir o pagamento dos créditos devidos aos trabalhadores que perderam os postos de trabalho em resultado do encerramento de empresas.

Com estas medidas, reforçando o **papel do Estado nas políticas sociais**, nomeadamente, de saúde, de educação, da segurança social, o Estado pode cumprir melhor a sua missão de melhoria de condições de vida do povo. É claro que para isso exige-se necessariamente, a obtenção de **receitas públicas suplementares**, razão pela qual a CGTP-IN apresentou um conjunto de propostas na área fiscal, que tributa os que têm mais riqueza.

Camaradas e Amigos,

As dificuldades são imensas, mas são maiores a nossa esperança e a nossa confiança em construirmos um **futuro melhor**.

Sustentaremos os nossos combates pela obtenção de todas estas **propostas e reivindicações** – que vão ao encontro das necessidades da população mais carenciadas, das justas aspirações dos trabalhadores e dos fundamentais interesses do país – no desenvolvimento de um sindicalismo reivindicativo, procurando uma maior participação e organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e no plano geral, trabalhando a consolidação e alargamento da unidade sindical.

A CGTP-IN tem-se batido e bater-se-á, por uma **mudança de rumo para o país**. Fá-lo quando propõe, quando negocia, quando acorda e quando não acorda conteúdos inaceitáveis, e quando mobiliza os trabalhadores, nas empresas ou nas ruas, para denunciar e combater políticas desastrosas do Governo, ou para agir contra o patronato que não cumpre as suas obrigações e viola os direitos dos trabalhadores.

Aquele tem sido o principal objectivo geral das grandes acções de luta onde têm participado centenas de milhar de trabalhadores.

A justeza desse objectivo de mudança e a elevada participação dos trabalhadores na luta por ele, legitimam o nosso apelo para que nos **próximos actos eleitorais** para o Parlamento Europeu, para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais, os trabalhadores e as suas famílias participem massivamente, fazendo a sua opção de voto no sentido de contribuírem para a construção de uma sociedade melhor para todos, em coerência com os objectivos por que têm lutado.

Camaradas e Amigos

Em nome da CGTP-IN, reafirmamos o nosso compromisso de prosseguimos **uma acção sindical ofensiva pela mudança de rumo, assente em políticas novas que aqui deixamos definidas**, onde cabem e são fundamentais, mais emprego, melhores salários, direitos e dignidade para os trabalhadores.

Este é o firme propósito que temos de prosseguir, ainda com mais vigor e determinação, cimentando os laços de solidariedade entre as várias gerações de trabalhadores, portugueses e imigrantes que aqui trabalham, em todas as regiões, nos diversos sectores de actividade e nas múltiplas profissões.

VIVA O 1º DE MAIO!
VIVAM OS TRABALHADORES!
VIVA A CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL!
A LUTA CONTINUA!